

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Ademir Antonio de Oliveira

**O TERCEIRO ARGUMENTO KANTIANO NA *EXPOSIÇÃO METAFÍSICA DA
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO***

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em
Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro (UFRRJ) como parte dos requisitos para
obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Renato Valois Cordeiro (UFRRJ)

Seropédica – RJ / julho de 2018

O Terceiro Argumento Kantiano na Exposição Metafísica da Representação do Espaço

Ademir Antonio de Oliveira

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Aprovada por:

Prof. Dr. _____
(Presidente da banca)

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Membros da banca: Prof. Dr. Renato Valois Cordeiro, Prof. Dr. Admar Almeida da Costa e Prof. Dr. Francisco José Dias de Moraes.

Seropédica – RJ – Brasil / 3 de julho de 2018.

Dedico este trabalho as minhas famílias.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que demonstraram o valor e o respeito pela vida.

Ao meu orientador, Prof. Renato Valois Cordeiro, por tudo o que me ensinou ao longo dos anos em que tive o privilégio de ser seu aluno no Departamento de Filosofia da UFRRJ. Com suas aulas aprendi sobretudo o significado da atividade filosófica. Sua participação em minha formação foi fundamental.

À Silvia, por ter me incentivado durante a redação deste trabalho.

À Instituição e aos demais professores do Departamento de Filosofia.

A todos os meus amigos e colegas de turma que sempre foram companheiros.

SUMÁRIO

- **Introdução**, p. 9.
- **Comentário sobre Terceiro Argumento Kantiano na *Exposição Metafísica da Representação do Espaço***, p. 13.
- **Conclusão**, p. 22.
- **Bibliografia**, p. 23.

INTRODUÇÃO

O objetivo central do meu trabalho é, por um lado, esclarecer o conceito kantiano de *espaço* e, por outro lado, expor e comentar sumariamente os principais argumentos da terceira tese da denominada “Exposição Metafísica da Representação do Espaço”, uma das partes mais importantes da “Estética Transcendental”¹ da *Crítica da Razão Pura*.

O objetivo principal da *CRP* é, por assim dizer, disciplinar a razão, mostrando que ela *não* estabelece conhecimentos e que o seu *uso* é meramente lógico - isso quer dizer que a razão apenas organiza os conhecimentos constituídos pelo nosso entendimento. Esse procedimento culmina numa crítica à metafísica clássica (em termos kantianos, ao *realismotranscendental*). A crítica ao realismo transcendental é realizada basicamente em duas etapas: através de uma prova direta (contida na “Estética Transcendental” e na “Analítica Transcendental”) e de uma prova indireta do idealismo transcendental (contida na “Dialética Transcendental”). O *idealismo transcendental* é a tese segundo a qual faz-se necessário distinguir os objetos do nosso conhecimento, separando-os em duas perspectivas: fenômenos (os objetos na medida em que nos são dados) e coisas-em-si (os mesmos objetos, mas pensados como condições das nossas representações empíricas e pensados como *independentes* do modo como os representamos). O termo fenômeno é sinónimo à terminologia “intuição empírica”. Por intuição empírica, entende Kant a ligação de nossas sensações (representações tornadas possíveis no sujeito, hipoteticamente, por intermédio da afecção por coisas-em-si) a uma *forma*:

Dou o nome de matéria ao que no fenômeno corresponde à sensação; ao que, porém, possibilita que o diverso do fenômeno possa ser ordenado segundo determinadas relações dou o nome de *forma do fenômeno*. Uma vez que aquilo, no qual as sensações unicamente se podem ordenar e adquirir determinada forma, não pode, por sua vez, ser sensação, segue-se que, se a matéria de todos os fenômenos nos é dada

¹ Neste trabalho seguirei a numeração usual das boas edições da primeira *Crítica*, referindo-me sempre à segunda edição com a letra *B*. Cf. KANT, I.. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, B37. Designarei a *Crítica da Razão Pura* com a sigla *CRP*.

somente a posteriori, *a sua forma deve encontrar-se a priori no espírito, pronta a aplicar-se a ela e portanto tem que poder ser considerada independentemente de qualquer sensação.*

Chamo puras (no sentido transcendental) todas as representações em que nada se encontra que pertença à sensação. *Por consequência, deverá encontrar-se absolutamente a priori no espírito a forma pura das intuições sensíveis em geral, na qual todo o diverso dos fenômenos se intui em determinadas condições.* Essa forma pura da sensibilidade chamar-se-á também intuição pura.² (grifos meus).

Espaço e tempo consistiriam precisamente em relações de justaposição e sucessividade, que caracterizariam o modo de existência da receptividade do sujeito. Com efeito, é na “Estética Transcendental” que Kant se ocupa com o estudo dos componentes formais da nossa sensibilidade, ou seja, as “intuições puras”, como afirma Kant na citação acima, que são descritas mais precisamente como *condições* formais. Em outras palavras, é demonstrado nesse capítulo que as partes da intuição empírica só são possíveis porque espaço e tempo são dados de antemão como formas sensíveis e, contudo, *a priori* da sensibilidade humana.

A exposição *metafísica* da representação do espaço trata do estatuto epistêmico do espaço, ou seja, de uma análise que visa demonstrar que essa representação tem como objeto uma intuição pura (*a priori*) - e não um *conceito* em sentido estrito. À exposição metafísica segue-se a exposição *transcendental*. Nela Kant tratará do estatuto ontológico do espaço, mostrando que o espaço é uma condição subjetiva (mas universal e necessária) do conhecimento, isto é, uma forma da sensibilidade. A exposição transcendental do espaço deve mostrar que essa representação expressaria uma *forma* para conhecimentos sintéticos *a priori*. Significa dizer que a tese da exposição metafísica do espaço consiste na defesa de que proposições sintéticas *a priori*, como as da geometria, só são possíveis porque o espaço é uma intuição *a priori*. A exposição transcendental do espaço deve expor, portanto, a origem dessa representação.

Um dos objetivos de Kant na *CRP* é a refutação do ceticismo (cartesiano/humano) e esta constatação está ligada à escolha de seu método de argumentação filosófica. Há dois sentidos

para o conceito de ceticismo, segundo a doutrina kantiana: (a) ceticismo acerca da possibilidade do conhecimento (em geral), que inclui a possibilidade de inexistência do mundo externo ao sujeito e (b) ceticismo acerca do conhecimento filosófico, entendido como uma espécie de conhecimento que pressuporia a existência de certas representações *a priori*. Segundo a análise de Kant, *conhecimento* consiste em determinar o que é dado na intuição (empírica) através de um conceito, um conceito pelo qual nós pensamos um *objeto*. Ora, para contestar o cético é preciso partir de uma suposição que ele não possa recusar. Tal suposição pode ser: há algo *dado*. O cético contesta precisamente que seja possível conhecer o objeto que é dado. Em outros termos, o cético sabe que tem intuições, mas não sabe se elas são intuições de objetos – ou seja, ele pode afirmar ou bem que não *sabe* quais são os objetos de suas intuições, ou bem que talvez não *haja* sequer objetos.

É nesse contexto que se insere argumentação kantiana concernente ao conceito de espaço. De fato, a análise filosófica da *CRP* parte de um fato contingente, de um conceito dado, isto é, de um conceito que *acontece* de possuímos. No nosso caso (ser racional humano), pode-se partir do fato contingente da experiência, ou do conceito de conhecimento como experiência, ou seja, como conhecimento empírico. Kant parte do conceito de conhecimento como conhecimento discursivo (que envolve a distinção entre conceito e intuição sensível) porque esse é o *nosso* tipo de conhecimento. Dado esse conceito (limitado) de conhecimento, estamos autorizados a extrair analiticamente certas conseqüências. Por exemplo, a seguinte série regressiva: (a) temos intuições e temos consciência de termos intuições (fato contingente); (b) tenho uma identidade, se tenho consciência (“*eu sei que tenho intuições*”), portanto, tenho uma consciência de mim; (c) disso talvez siga que há um mundo objetivo.

Essas reflexões podem ser aplicadas à *necessidade* de representarmos o espaço e é isso que Kant tem em mente ao iniciar a escrita da *Estética Transcendental*. Com efeito, a necessidade de representar o espaço não é absoluta, mas sim **relativa**. Relativa precisamente ao conceito

do **nosso** tipo de conhecimento, que é de onde parte a argumentação transcendental. Dado esse conceito limitado de conhecimento (subordinação de intuições sensíveis a conceitos de objetos), é possível aplicar um tipo de análise que havia sido criticado por Kant no que tange à metafísica dogmática (que partia em suas reflexões do conceito de conhecimento em geral – e não apenas do conceito do *nosso* modo de conhecer) e que está baseado na mera noção de necessidade lógica, fundamento das verdades meramente analíticas. Assim, com base no conceito do tipo de conhecimento humano é possível, através de pura análise conceitual, extrair a seguinte série regressiva de demonstrações: (1) conhecimento discursivo; (2) esse tipo de conhecimento contém o conceito de intuição sensível; (3) o conceito de intuição sensível supõe a existência de um sentido externo; (4) o que é dado ao sentido externo é necessariamente representado no *espaço*.

As exposições *metafísicas* (tanto a do espaço como a do tempo) são divididas essencialmente em duas partes. A primeira deve provar que as representações do espaço e do tempo não são empíricas, mas sim *a priori*. A segunda deve provar que espaço e tempo são intuições, não conceitos. As duas juntas devem provar que espaço e tempo são intuições puras (ou *a priori*). Essencialmente, há nas exposições metafísicas apenas o argumento de que espaço e tempo são simultaneamente intuições puras e condições necessárias e universais dos fenômenos (ou *formas* da intuição). Aqui tratarei apenas da exposição metafísica do espaço, sublinhando os argumentos do seu terceiro momento.

COMENTÁRIO SOBRE A TERCEIRA TESE DA *EXPOSIÇÃO METAFÍSICA DA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO*

Kant pretende na “Exposição Metafísica” estabelecer o estatuto epistêmico do espaço, mediante uma análise da *nossa* representação do espaço, vale dizer, mediante uma análise do seu conceito. Na terminologia kantiana, uma exposição é “metafísica” quando trata do esclarecimento de uma representação *a priori*, isto é, correspondente a um conhecimento *puro* (não-empírico)³:

Para nos elucidarmos a esse respeito vamos primeiro expor o conceito de espaço. [Entendo, porém, por exposição (*expositio*) a apresentação clara (embora não pormenorizada) do que pertence a um conceito; a exposição é metafísica quando contém o que representa o conceito enquanto dado *a priori*.]

Nesse texto Kant busca demonstrar quatro teses centrais. A primeira tese consiste na afirmação de que a representação do espaço não é uma representação formada por abstração a partir da experiência.⁴ A segunda tese é a contrapartida positiva desta, ou seja, não sendo uma representação tomada da experiência, a representação do espaço é uma representação *a priori*.⁵ O fundamento da primeira prova é a alegação de que os conceitos empíricos, as representações empíricas de onde o conceito de espaço seria, por hipótese, abstraído, pressupõem eles próprios a representação do espaço:

O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requiere-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais, mediante essa representação.⁶

3

4 Cf. *CRP*, B37.5 *Idem*, B37.6 *Ibidem*.

A premissa principal da segunda tese resumir-se-ia na afirmação de que, sendo a representação do espaço um fundamento, uma condição de possibilidade das representações empíricas, ela não pode ser uma representação empírica. Portanto, podemos dizer que a premissa principal da segunda tese consiste na afirmação da independência do espaço relativamente às coisas e da dependência das coisas relativamente ao espaço:

O espaço é uma representação necessária, *a priori*, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa perfeitamente pensar que não haja objetos alguns no espaço. Consideramos, por conseguinte, o espaço a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação *a priori*, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos.⁷

Essas duas primeiras teses realizam unicamente uma parte da tarefa de Kant, que é a de provar que a representação do espaço é *a priori*, e não empírica. Assim, resta saber ainda se a representação do espaço é uma intuição ou um conceito, muito embora talvez já haja uma indicação disso na primeira tese, quando Kant afirma que diferenças espaciais entre os objetos, i.e. de posição, de tamanho etc., não são meramente qualitativas, e sim numéricas.⁸ Ora, é interessante notar que se o argumento de Kant fosse rigorosamente, por assim dizer, simétrico, seguir-se-ia uma prova de que o espaço não é um conceito (o que seria a terceira tese); e, por fim, a prova de que, não sendo um conceito, é uma intuição. Contudo, a terceira tese afirma que o espaço não é um “conceito discursivo”, mas uma intuição pura.⁹ Aliás, poderíamos dizer que a terceira tese demonstra, pela ordem, o seguinte: o espaço não é um conceito discursivo e, logo, é um “conceito intuitivo”. É também digno de nota que a terceira tese é *ao mesmo tempo* uma prova de que a representação do espaço é uma intuição e uma intuição *pura*. Com efeito, parece que bastaria provar que o espaço é uma intuição, uma vez que Kant já havia provado que ele não é uma representação empírica. Seria suficiente,

⁷ *Idem*, B39.

⁸ Refiro-me aqui a uma das famosas leis de Leibniz, segundo a qual dois elementos são “numericamente idênticos” se puderem ser considerados indiscerníveis.

⁹ *Idem*, B39.

portanto, mostrar (1) que o espaço não é uma representação do entendimento e sim (2) que é uma condição de possibilidade das representações empíricas (ou seja, uma intuição pura). Já a quarta tese não parece ser outra coisa senão uma prova alternativa, que no fundo diz o mesmo, a saber, que o espaço não é um conceito discursivo e, logo, é uma intuição pura.¹⁰ Para os objetivos de uma pesquisa introdutória, farei no que segue uma breve análise crítica do terceiro passo, que é, no meu modo de ver, a parte mais difícil da *Exposição*. Os argumentos da terceira tese estão condensados num difícil parágrafo:

O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz também, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura. Porque, em primeiro lugar, só podemos ter a representação de um espaço único e, quando falamos de vários espaços, referimo-nos a partes de um só e mesmo espaço. Estas partes não podem anteceder esse espaço único, que tudo abrange, como se fossem seus elementos constituintes (que permitissem a sua composição); pelo contrário, só podem ser pensados nele. É essencialmente uno; a diversidade que nele se encontra e, por conseguinte, também o conceito universal de espaço em geral, assenta, em última análise, em limitações. De onde se conclui que, em relação ao espaço, o fundamento de todos os seus conceitos é uma intuição a priori (que não é empírica). Assim, as proposições geométricas, como, por exemplo, que num triângulo a soma de dois lados é maior do que o terceiro, não derivam nunca de conceitos gerais de linha e de triângulo, mas da intuição, e de uma intuição *a priori*, com uma certeza apodídica.¹¹

Na terceira tese Kant afirma que o espaço não é um “conceito universal das relações das coisas em geral”¹². Kant utiliza aqui a expressão *universal* como um sinônimo da palavra *discursivo*. Segundo sua própria definição de conceito, exposta na *Lógica*¹³, um conceito em sentido estrito é uma *representação por notas comuns*. Kant distingue, assim, os *conceitos* (em geral) dos *conceitos singulares*, que são aqueles que representam objetos singulares, i. é objetos que são dados apenas na intuição. No entanto, veremos ao longo deste trabalho que essa definição de conceito singular é um tanto imprecisa e insuficiente para os objetivos de Kant nessa parte da *Estética Transcendental*. Quero dizer que (a) um conceito singular permanece sendo uma representação do entendimento (pois traz consigo o conceito de

10 *Idem*, B39/40.

11 *Idem*, B39.

12 *Ibidem*.

13 Cf. KANT, I.. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, A139.

unidade como nota) e (b) pode se referir a certos objetos (singulares, por sinal) que ultrapassam os limites da experiência possível. É então importante destacar a diferença existente entre *conceito singular*, *objeto singular* e *intuição* na terminologia kantiana. O conceito de objeto singular é ambíguo e pode fazer referência ou bem a objetos que só podem ser *dados* na intuição empírica, ou bem a objetos que não podem ser conhecidos por intermédio da intuição e somente podem ser pensados. De qualquer modo, os objetos é que são singulares, e não propriamente os conceitos – segundo o diagnóstico de Kant, a pretensão da metafísica sempre foi a de poder conhecer simbólica e discursivamente, i.e. mediante conceitos, objetos que, na verdade, só seriam adequadamente conhecidos por uma intuição inteligível (intelectual). Muito menos podemos assimilar *conceito singular* e *intuição*, posto que embora conceitos singulares se refiram a objetos (sejam eles dados ou não), conceitos têm de ser *produzidos* pelo entendimento. As representações produzidas pelo entendimento se caracterizam por tornarem possível o pensamento do múltiplo dado (intuitivamente), através da delimitação de certos domínios (de certas classes) de objetos. É neste sentido que Kant utiliza a expressão *universal* para se referir aos conceitos do entendimento. Assim, “conceitos universais” são também conceitos discursivos, quero dizer conceitos que produzimos para fazer juízos objetivos (e também práticos¹⁴). Com efeito, como nos juízos objetivos representamos as características comuns dos objetos pertencentes a uma mesma classe, a expressão “conceito universal das *relações* das coisas em geral” (grifo meu) parece se referir àqueles conceitos (de primeira ordem, empíricos) que usamos precisamente para *relacionar* grupos de objetos que estão contidos em classes específicas.

Portanto, Kant pode afirmar que o espaço “(...) não é um conceito discursivo (...), mas uma intuição pura”¹⁵. Mostrar essa parte positiva da tese, a saber que tal representação é não

14 Não desenvolverei este ponto aqui.

15 CRP, B39.

apenas uma representação *a priori*, mas exatamente uma *intuição a priori*, é aliás o objetivo central de Kant no terceiro momento da exposição. Por conseguinte, Kant deve provar que a representação do espaço não é produzida como os conceitos do entendimento são produzidos, ou ainda: deve provar que o espaço é representado como algo de *dado*. Tal demonstração pode ser dividida em três partes.

A primeira parte¹⁶ resume-se em mostrar que falar do espaço significa falar de algo que fundamentalmente é *um*, ou seja, significa falar de algo que é *individual*. E isto é o mesmo que dizer que o espaço é um *objeto singular*. O espaço é uma intuição, porque o *conteúdo* dessa representação, ou seja, o que é representado no ato de representação do espaço, é uno e singular, o que deixa em aberto a possibilidade de no *ato* de representação do espaço estar envolvido algo de natureza conceitual, nomeadamente, conceitos constitutivos de um mundo objetivo. Assim, não tem sentido falarmos, por assim dizer, em “espaços”. É claro que num certo sentido é possível usar esta expressão, por exemplo, o espaço da sala de aula 5 no PPGFIL, o espaço do campus da UFRRJ, o espaço ocupado por figuras geométricas etc. A reflexão filosófica, contudo, nos faz ver que todos esses exemplos descritos como “espaços” não são outra coisa senão a *limitação de um único espaço*, ou seja, eles estão situados num espaço *englobante*. Numa palavra, tudo que está situado em algum lugar está situado, em última análise, num *mesmo* espaço, de modo que todos os lugares nos quais se situam as coisas formam um único *framework* espácio-temporal.

Poder-se-ia no entanto objetar o seguinte: é possível que tenhamos diferentes representações do espaço, como o espaço einsteiniano, por exemplo. No entender de Kant, se compreendi bem sua doutrina na *Estética Transcendental*, a questão central da filosofia refere-se ao

16 *Idem*, B39. Esta primeira parte pode ser sintetizada nos seguintes períodos: “Em primeiro lugar, só se pode representar um espaço uno, e quando se fala de muitos espaços entende-se com isso apenas partes de um e mesmo espaço único”. E depois: “Essas partes não podem tampouco preceder o espaço uno, que tudo compreende, como se fossem suas partes componentes (a partir das quais seria possível sua composição), mas só pensadas *nele*”.

espaço no qual *nós* situamos os dados da intuição. Kant considerava que a geometria euclidiana é perfeitamente capaz de descrever o espaço no qual (*nós*) situamos os objetos do conhecimento. De qualquer maneira, o essencial para Kant parece consistir no seguinte: embora seja possível construir logicamente diferentes espaços, e embora tais representações possam eventualmente ter realidade objetiva e explicarem adequadamente, por exemplo, teses einsteinianas, *há apenas um espaço no qual localizamos o que é dado na intuição*. É interessante notar que, se admitimos que o espaço é somente um, teremos de admitir também que a representação do espaço é uma representação singular. Neste sentido, com base naquela teoria apresentada em sua *Lógica*, seria possível dizer que, uma vez que “representações universais” designam conceitos e “representações singulares” designam intuições, Kant já teria o direito de afirmar que o espaço, sendo objeto de uma representação singular, é por isso uma intuição. Entretanto, esta assimilação seria incorreta, como já visto. Pois não basta constatar que o conceito do espaço é o conceito de alguma coisa singular para derivar daí que tal representação singular é uma representação *sensível*. A dificuldade na mencionada inferência reside exatamente no fato de que representações singulares não podem ser reduzidas a intuições, uma vez que só o entendimento é capaz de pensar a singularidade; é claro que o que é *dado* numa intuição é sempre um objeto singular. Entretanto, somente o entendimento é capaz de pensar o dado como *um entre muitos*. E esta atividade supõe a produção de “conceitos universais”, que viabilizam a classificação dos objetos de modo a tornar possível a discriminação de *um objeto específico entre muitos*. Portanto, representações singulares são *também* conceitos universais formados pelo entendimento, porém utilizados para caracterizar um determinado objeto singular¹⁷. Outra dificuldade que tem de ser considerada na argumentação de Kant é o fato de que é possível dar exemplos de objetos

17 Representações singulares correspondem lingüisticamente a descrições definidas. Não desenvolverei o ponto aqui.

singulares que *não* podem ser conhecidos pela intuição. É o caso, por exemplo, dos conceitos de Deus (o ser mais perfeito), mundo (entendido como a totalidade do que existe) etc. A própria definição desses conceitos metafísicos designa também objetos singulares. E, entretanto, ainda que tais objetos sejam pensados como objetos singulares, *não podem ser objetos da nossa intuição*.

Kant então procede a um segundo passo para provar que a representação do espaço é *necessariamente* intuitiva e que se baseia na alegação de que, quando o espaço é pensado, é pensado *um todo composto de partes*. Assim, no sentido derivado do termo, podemos dividir o espaço em lugares. Mas a relação do todo com a parte pode ser pensada somente de duas maneiras. Por um lado, podemos pensar o todo como formado a partir das partes; as partes são dadas de antemão e o todo é composto a partir delas¹⁸. Por outro lado, a propósito do conceito de espaço, Kant afirma que ele representa um todo também, mas um todo que tem como peculiaridade o fato de suas partes *não serem anteriores à sua formação*. As partes são dadas e o todo não é formado a partir dessas partes, uma vez que neste caso *cada parte é pensada como uma limitação do todo*. Com efeito, para falar em “espaços” temos de pensar num espaço englobante no qual fazemos uma divisão. Eis por que Kant diz que o espaço não apenas é um (*eins*), mas ele é também uno (*einig*). E isto significa dizer que ele é tal que suas partes não são separáveis, mas sim constitui um todo em que todas as suas partes estão dadas - ou seja, o espaço é caracterizado não apenas por uma singularidade, mas também pela *unidade*. Em síntese seria então possível dizer que o espaço não apenas é único, como Deus é único, como o mundo em sentido metafísico é único, mas é em si mesmo uno também porque todas as suas partes só são possíveis nele na medida em que ele é dado de antemão.

18 É isto que Kant denomina na dissertação de 1770 um “todo composto”. O conceito metafísico de mundo, por exemplo, é um todo composto, ou seja, é um conceito formado precisamente por uma operação de adição. Cf. KANT, I.. *Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*. Porto: Rés-Editora, 1983.

Por conseguinte, para que se possa falar numa diversidade de partes do espaço, é preciso admitir que o espaço seja dado de antemão, *e é exatamente disto que Kant necessita para dizer que o espaço é uma intuição: para que se delimite no espaço um domínio particular, uma parte desse espaço, é preciso que o espaço englobante esteja dado como fundamento disto*. Por isso, o espaço é uma intuição e qualquer operação necessária para produzir o conceito de partes do espaço, como as figuras geométricas, supõe que haja algo no qual nós possamos, por exemplo, traçar uma figura. Portanto, para que o geômetra possa desenhar um polígono ou mesmo fazer uma equação, descrevendo matematicamente, algebricamente, as linhas de que se compõe uma figura, é preciso que ele suponha que haja um espaço no qual tais linhas possam ser traçadas de acordo ou descritas segundo a referida equação. Eis o argumento de Kant para dizer que a representação do espaço é uma intuição – e **não** um conceito.

O último passo da argumentação de Kant é o seguinte: do fato de que o espaço seja não um *totum compositum*, mas um *totum* analítico (i. é um *totum* dado de antemão no qual podemos delimitar), podemos derivar a prova de que o espaço é não apenas uma intuição, mas uma intuição *a priori*. Isto pode ser explicado da seguinte maneira: o espaço englobante no qual descrevemos figuras, distinguimos lugares, é uma condição de possibilidade da própria descrição de figuras etc. Trata-se de uma condição de possibilidade porque está implicado pela ideia de toda parte do espaço e, necessariamente, qualquer parte é descrita num espaço englobante. *Logo, pertencer, ou seja, ser a parte de um espaço englobante, é uma propriedade necessária de toda parte do espaço. Ora, necessidade e universalidade são precisamente características do a priori em Kant.*¹⁹ Dizer que necessariamente representamos toda parte do espaço como pertencente a um espaço englobante significa dizer que a representação do espaço é uma representação *a priori* porque não pode ser pela experiência

19 Cf. CRP, B1-5.

que conhecemos o universal e o necessário. A título de uma conclusão, farei a seguir uma exposição resumida da terceira tese de Kant para tentar tornar mais clara minha reflexão.

A tese de Kant consiste na idéia de que a representação do espaço é não apenas uma intuição, mas uma intuição pura. Então, em primeiro lugar Kant observa que o espaço é representado como um objeto singular. Mas esta constatação é ainda insuficiente para provar que essa representação é uma representação da sensibilidade. O segundo passo da prova kantiana demonstra que o espaço é representado não apenas como um objeto singular único, *mas como um objeto que é intrinsecamente único, de tal modo que suas partes não são anteriores a ele, mas só são possíveis dentro dele*. As partes do espaço não são dadas de antemão, mas resultam de uma delimitação do espaço. Mas isso significa que o espaço precisa ser dado para que seja possível discriminar as partes do espaço, como as figuras geométricas ou os lugares em que as coisas estão situadas. Sendo assim, o conceito de cada parte do espaço depende de que esse espaço englobante, no qual nós traçamos figuras ou distinguimos lugares, *seja dado de antemão. Se ele é dado, ele é uma intuição e, como ele precisa ser dado necessariamente para que qualquer lugar ou figura seja discriminada, então essa é uma representação que subjaz necessariamente a toda representação de uma parte do espaço*; portanto, é uma representação *a priori*, ela subjaz *a priori*, quer dizer, universal e necessariamente às representações das partes.

CONCLUSÃO

De um modo geral, a tese de Kant consiste na ideia de que a representação do espaço é não apenas uma intuição, mas uma intuição pura. Kant observa na *Estética Transcendental* que o espaço é representado como um objeto singular. Mas essa constatação é ainda insuficiente para provar que tal representação consistiria uma representação da sensibilidade. O segundo passo da prova kantiana na exposição metafísica demonstra que o espaço é representado não apenas como um objeto singular, único, *mas como um objeto que é intrinsecamente único, de tal modo que suas partes não e não podem ser anteriores a ele, mas unicamente possíveis dentro dele*. As partes do espaço não são dadas de antemão, mas resultam de uma delimitação do espaço enquanto tal. E isso significa precisamente que o espaço precisa ser dado com a natureza da nossa sensibilidade para que seja possível discriminar partes do espaço, ou seja, espaços determinados, como as figuras geométricas e os lugares em que as coisas representadas sensivelmente estão situadas e percebidas como extensas. Sendo assim, o conceito de cada parte do espaço depende de que um espaço englobante, no qual traçamos figuras ou distinguimos lugares, *seja dado de antemão. Se ele é dado, ele é uma intuição e, como ele precisa ser dado necessariamente para que qualquer lugar ou figura seja discriminada, então trata-se de uma representação que subjaz necessariamente a toda representação parcial do espaço*; portanto, consiste uma representação *a priori*.

Pode-se compreender as exposições metafísicas do espaço e do tempo como uma preparação para a exposição transcendental, parte seguinte da *Estética Transcendental*. É aí que Kant forneceria argumentos adicionais para demonstrar que as intuições puras do espaço

e do tempo só são possíveis como condição subjetivas e necessárias, relativas ao modo como representamos necessariamente o dado sensível.

BIBLIOGRAFIA

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Trad. MURCHO, Desidério et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

DESCARTES, R. *Regras para a Orientação do Espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HUME, D. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Os Pensadores. Trad. ALEX, Anuar. São Paulo: Nova cultural, 1996.

KANT, I.. *Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*. Porto: Rés-Editora, 1983.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Os Pensadores. Trad. ROHDEN, Valério; MOOSBURGER, Udo Baldur. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

_____. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992

NICOLA, Ubaldo. *Antologia Ilustrada de Filosofia: Das Origens à Idade Moderna*. Trad. LUCA, Maria Margherita de. São Paulo: Ed. Globo, 2005.